



Tendências da Pesquisa
Brasileira em
Ciência da Informação

MAPEAMENTO CULTURAL: potência e limite de uma política infocultural

CULTURAL MAPPING: power and limit of an infocultural policy

Eduardo Augusto Sena¹
Marco Antônio de Almeida²

Resumo: O texto analisa iniciativas de mapeamento cultural na cidade de São Paulo. Procura compreender estes processos no âmbito das ações e políticas culturais ao discutir a maneira pela qual o poder público municipal e os coletivos e movimentos culturais da cidade de São Paulo se utilizam das informações acerca dos territórios e de suas populações para o planejamento e a implementação de suas ações, por meio da análise de plataformas de dados culturais. A abordagem da pesquisa é quali-quantitativa, trazendo uma breve reflexão teórica acerca da bibliografia relacionada ao tema, e pesquisa em fontes diversas, como as próprias plataformas, agregando também dados secundários produzidos por pesquisas de diversas instituições. Busca-se discutir aspectos relacionados ao enraizamento social das tecnologias, à apropriação e construção coletivas do conhecimento diante de desigualdades sociais expressas nos territórios. Conclui-se que a disputa pela internet é uma disputa tecnopolítica, pela formação de opiniões e valores: a participação política nas redes, sua apropriação e incorporação ao cotidiano presencial é estratégica e fundamental para a construção de uma democracia efetiva, que permita o acesso e a distribuição da cultura e do conhecimento socialmente produzidos. Destaca-se, assim, a necessária utilização das redes e a inclusão digital dos cidadãos para fomentar projetos democráticos, que ofereçam alternativas e permitam construir acordos e estruturas colaborativas locais com tecnologias abertas e soberania de dados.

Palavras-Chave: Usos da Informação. Política Cultural. Política da Informação. Tecnologias de Informação e Comunicação. Desigualdade Digital.

Abstract: *The text analyzes cultural mapping initiatives in the city of São Paulo. It seeks to understand these processes in the context of cultural actions and policies by discussing the way in which the municipal government and cultural collectives and movements in the city of São*

¹ Mestre em Ciência da Informação. Doutorando em Ciência da Informação na ECA-USP. E-mail: eduardosena@usp.br. <https://orcid.org/0000-0001-6723-5785>.

² Doutor em Ciências Sociais. Livre-Docente em Ciência da Informação. Professor da FFCLRP-USP e da ECA-USP. E-mail: marcoaa@ffclrp.usp.br. <https://orcid.org/0000-0003-2481-8571>.

Paulo use information about territories and their populations for the planning and implementation of their actions, through the analysis of cultural data platforms. The research approach is quali-quantitative, bringing a brief theoretical reflection on the bibliography related to the theme, and research in different sources, such as the platforms themselves, also adding secondary data produced by research from different institutions. It seeks to discuss aspects related to the social embeddedness of technologies, the collective appropriation and construction of knowledge in the face of social inequalities expressed in the territories. It is concluded that the dispute over the internet is a technopolitical dispute, for the formation of opinions and values: political participation in the networks, its appropriation and incorporation into daily life is strategic and fundamental for the construction of an effective democracy, which allows access and the distribution of socially produced culture and knowledge. Thus, the necessary use of networks and the digital inclusion of citizens to foster democratic projects that offer alternatives and allow for the construction of agreements and local collaborative structures with open technologies and data sovereignty stand out.

Keywords: *Uses of Information. Cultural Policy. Information Policy. Information and Communication Technologie. Digital Inequality.*

1 INTRODUÇÃO

O objetivo do presente trabalho é refletir sobre ações de mapeamento cultural, suas potencialidades para conhecer e avaliar a atuação dos atores em seus territórios, a partir da utilização de redes sociotécnicas, e quais as perspectivas que se abrem aos usuários dos ambientes digitais para, a partir do uso dos aparatos tecnológicos disponíveis, procurar construir de maneira autônoma e libertária os seus universos simbólicos e informacionais. Direcionamos nosso olhar para as oportunidades e desafios que esse quadro de transformações admite no que tange ao desenvolvimento de renovadas estratégias, individuais e coletivas, de produção e compartilhamento de conhecimentos, inteligências e informações. O texto busca discutir a maneira pela qual o poder público municipal e os coletivos e movimentos culturais da cidade de São Paulo se utilizaram dos dados acerca dos territórios e de suas populações para o planejamento e a implementação de suas ações. Esse mapeamento permite a reflexão acerca de aspectos relacionados ao enraizamento social das tecnologias, à apropriação e construção coletivas do conhecimento – suas possibilidades e limites.

O texto parte do pressuposto de que as políticas culturais configuram uma sinergia de ideias, valores, normas, instrumentos de ação, operações, atores sociais, dispositivos institucionais, orçamentos, instituições etc. Desse modo, a política cultural organiza uma reunião de medidas concretas, que compreende decisões de distinta natureza e que se inscrevem em um quadro construído pelas representações dos problemas que definem uma agenda pública. Combinam-se, desse modo, questões normativas e questões de fato, o que se deseja fazer e o que de fato se faz. As Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) delineiam novas perspectivas nesse campo, mas, simultaneamente, agregam mais camadas de complexidade ao processo. Daí a importância de estudar as ações e políticas culturais – e, nesse aspecto, temas caros à CI, como a circulação, o uso e a apropriação da informação, os estudos de usuários, a construção e organização do conhecimento podem estabelecer uma entrada para um diálogo não só estratégico, mas fundamental. Hoje talvez seja o caso de se perguntar, em relação à Ciência da Informação, em que medida ou grau as políticas de informação não seriam também políticas culturais, e vice-versa? (ALMEIDA, 2014).

Formulamos este texto a partir de uma breve reflexão teórica, e desenvolvemos a pesquisa em fontes diversas, como as próprias plataformas e dados secundários produzidos por pesquisas de diversas instituições (além da própria Secretaria Municipal de Cultural, CETIC, Instituto J. Leiva, Rede Nossa São Paulo (2019), Centro de Estudos da Metrópole). O texto organiza-se numa seção inicial que discute os marcos teóricos do trabalho, revendo alguns conceitos relacionados à temática, como as relações entre conhecimento, tecnologia, inovação e apropriação social da informação. As duas seções seguintes são dedicadas à apresentação e discussão dos dados, para finalmente encerrar o artigo com algumas considerações problematizadoras.

2 USOS CULTURAIS E POLÍTICOS DA TECNOLOGIAS

Há um conjunto de mudanças econômico-sociais em curso: deslocamento do papel do conhecimento no contexto das sociedades ocidentais, num largo processo de constituição, valorização e aplicação da ciência, de um lado, e de outro, na valorização do acesso à informação para a participação cidadã na vida pública. Mudanças sociais e tecnológicas desde sempre determinaram modificações e adaptações das sociedades. As TIC vêm gerando novos e acelerados processos de transformação, particularmente com sua crescente presença no cotidiano, expressando-se em novas formas de políticas públicas, relações de mercado e reflexões acadêmicas. A isso vem somar-se, mais contemporaneamente, outro processo, que é o de ‘centralização’ cada vez maior da cultura no mundo contemporâneo (CASTELLS, 2010; HALL, 1997).

No caso específico da Ciência da Informação, essa discussão permitiu uma expansão das fronteiras da área, incorporando ou desenvolvendo conceitos que se dedicam a refletir sobre dinâmicas de interação social, atribuindo maior ou menor peso à análise dos aspectos cognitivos e/ou das estruturas, envolvendo processos complexos que demandam uma combinação de métodos e abordagens. Em nossa perspectiva, buscamos refletir acerca dos mecanismos e estratégias de se oportunizar a produção cultural e informacional, o acesso e o uso da informação e da cultura – é nessa linha que compreenderemos o papel das políticas e ações culturais. Trata-se, no caso, de um processo fortemente ligado às TIC, com impacto não apenas na cultura, mas em diversos

setores da vida social, e que vem merecendo renovada atenção dos estudos acadêmicos.

As conexões entre cultura e tecnologia se tornam cada vez mais estreitas, e não podem mais ser analisadas de forma simplista. Como observou o pensador italiano Alberto Melucci (2001), o conhecimento tornou-se um recurso fundamental para os atores conflituais: permite revelar a natureza real das relações sociais por trás das aparências que os aparatos dominantes tendem a impor à vida coletiva. Assim, a própria concepção de inovação deve ser revista no sentido de construção de novas formas de produção e apropriação da informação e do conhecimento pelos atores sociais.

A tecnologia quase sempre é associada ao conceito de inovação, tomado muitas vezes como pura e simples mudança tecnológica, com forte destaque, contemporaneamente, para o desenvolvimento das TIC. No caso da economia, na perspectiva de Schumpeter (1988), a inovação e seu ciclo dividem-se historicamente em três etapas: invenção; imitação ou difusão; terceirização de produtos para o consumo (estratégia para sustentabilidade econômica das organizações, relacionada à globalização e vista como alternativa para acompanhar a velocidade de demanda por novos produtos).

Por sua vez, críticos dessa concepção questionam se o conceito é válido exclusivamente para o campo econômico, ponderando se perpetuar o modelo capitalista vigente poderia ser, de fato, considerada uma mudança efetiva. Evgeny Morozov, destacado crítico do ‘solucionismo tecnológico’ baseado na inovação, pontua que essa postura se perpetua graças a uma definição bastante restrita dos problemas sociais, formulada a partir dos eixos mais rentáveis para os defensores da ‘solução’. E lança a pergunta: “Onde estão os aplicativos para combater a pobreza ou a discriminação racial? Criamos aplicativos para resolver problemas que os aplicativos conseguem resolver – em vez de enfrentar os problemas que de fato precisam ser resolvidos” (MOROZOV, 2019, p. 41). Interessa-nos destacar aqui que a ideia de uma inovação social na apropriação das tecnologias está diretamente relacionada à forma pela qual o conhecimento e a informação são organizados, apropriados e aplicados, e quais as consequências desse processo para a sociedade. Esta perspectiva relaciona-se diretamente com a cultura, com o conhecimento comum, contemplando, portanto, as

suas formas de gestão, assim como os processos de sua produção, disseminação e apropriação. Nesse sentido, como veremos, iniciativas de políticas públicas que incorporam a possibilidade de os atores sociais serem co-artífices do conhecimento requerido para sua implementação são estratégicas para uma distribuição mais justa de recursos e oportunidades.

Como destacamos acima, para os atores dos movimentos sociais contemporâneos a informação e o conhecimento são recursos fundamentais para posicionarem-se em seus conflitos: “sair da ideologia e produzir conhecimento (conhecimento, capacidade de análise, capacidade de comunicação, auto-reflexibilidade) torna-se um recurso-chave para a ação coletiva” (MELUCCI, 2001, p 142). A cultura configura-se, cada vez mais, como o território de disputas e conflitos. Os movimentos sociais constituem espaços de produção do conhecimento, com o potencial de constituir espaços políticos que produzem, transformam e difundem informações, conectando demandas provenientes dos atores sociais e exigências do sistema. Entretanto, para preservarem sua natureza de espaço público que acolhe a participação e a representação das identidades coletivas, necessitam permanecer como espaços abertos ao debate e à negociação dos interesses. O território da cultura, hoje, constitui-se na arena que opõe visões de mundo e modos de vida das classes populares, confrontadas com o negacionismo e o revisionismo na agenda de disputas pela legitimidade dos direitos sociais.

Em sintonia com essa perspectiva, outros autores destacam a apropriação de bens compartilhados, que não são nem privados nem estatais, denominados de ‘comuns’ (*commons*) e as maneiras inovadoras que presidem a sua gestão e orientam as formas de resistência ao seu processo de privatização e monetarização (DARDOT; LAVAL, 2017; HARVEY, 2014). Embora seja difícil reduzir a noção de “comum” a uma única definição, ela sempre pressupõe uma construção comunicativa e coletiva (SAVAZONI, 2018).

Podemos vislumbrar o comum em diversas experiências concretas mundo afora, reunindo compartilhamento, colaboração, organização emancipatória e autônoma. Evgeny Morozov e Francesca Bria (2019) elencam um conjunto de exemplos de utilização da tecnologia na construção de ‘comuns digitais’ em diversas cidades do

mundo, a partir de práticas colaborativas e de governança coletiva dos dados. Eles apostam na implantação contínua dessas experiências-piloto experimentais e de pequena escala como casos exemplares que podem inspirar e potencializar mudanças mais amplas. Não se trata de romantizar a apropriação da tecnologia, mas de apontar como sua presença torna as dinâmicas sociais mais complexas e amplia as alternativas e estratégias dos atores envolvidos. A apropriação da informação por meio das TIC possibilita conexões e hibridizações inéditas entre o tradicional e o moderno, entre memórias e sonhos do futuro, construindo novas narrativas de luta e de identidade. Nesse sentido, o conhecimento do território, na sua dimensão material, mas também no que tange às relações e redes sociais estabelecidas sobre ele, é estratégico para a implantação de políticas e ações culturais.

3 MAPEAMENTO CULTURAL EM SÃO PAULO: ORIGENS E DESDOBRAMENTOS

A Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo (SMC) lançou, em 2012, o site SP Cultura, com o objetivo de tornar mais conhecida da população sua rede de equipamentos culturais e fornecer informações sobre a programação cultural oferecida. O site buscava facilitar o acesso às informações relativas ao conjunto de atividades disponíveis nestes equipamentos, que eram produzidas e inseridas na plataforma pela equipe da própria SMC, como forma complementar ao *EmCartaz*, guia impresso mensal sobre a programação da Secretaria. O site se configurava, então, como uma plataforma para a recuperação das informações sobre uma parte importante da produção cultural realizada em São Paulo, tendo em vista o número de equipamentos culturais da SMC distribuídos pela cidade, mas não permitia uma compreensão mais ampla das dinâmicas culturais presentes nos territórios em que se localizavam estes equipamentos³.

Nos anos seguintes ao lançamento do SP Cultura, a mudança de comando na SMC imprimiu um novo sentido ao site, que foi transformado em uma plataforma destinada à construção de um mapeamento ativo das diferentes iniciativas do campo

³ No período analisado, além dos equipamentos pertencentes à Secretaria Municipal de Cultura, é importante salientar a atuação das unidades do SESC e da Secretaria Estadual de Cultura, notadamente das Fábricas de Cultura, pela capilaridade no território, ressaltando a existências de uma plataforma desenvolvida pela pasta estadual da Cultura (<https://mapas.dadosculturais.sp.gov.br/>)

cultural realizadas na cidade. Desenvolvida em *software* livre e contando com um sistema de georreferenciamento das informações, a plataforma passou a contar não apenas com a distribuição territorial dos equipamentos da SMC mas, ao permitir a inserção de dados a partir dos próprios atores, tomou a forma de um Mapa Cultural dinâmico e colaborativo mais amplo do cenário cultural paulistano, dando visibilidade aos agentes, espaços, eventos e projetos culturais distribuídos pelo seu território.

Contudo, vale lembrar a criação de uma outra plataforma, no mesmo ano, que permitia visualizar a distribuição territorial das iniciativas culturais pela cidade, a partir de um processo colaborativo e coletivo de auto inscrição em uma plataforma digital de mapeamento pelos atores culturais. Esse projeto foi financiado, em 2012, com recursos do Programa para a Valorização de Iniciativas Culturais (VAI), política de fomento desenvolvida pela SMC desde 2004 – um mecanismo de financiamento direto dos projetos de criação, produção e difusão cultural, desenvolvidos por grupos e coletivos formados por jovens de baixa renda, moradores das regiões da cidade com oferta escassa de infraestrutura para fruição cultural, e com idade entre 18 e 29 anos.

Desenvolvido pela Agência Cultural Solano Trindade, esse projeto do VAI tinha como objetivo criar um site da Agência que incorporasse um “Mapa Cultural da Quebrada”, também com um sistema georreferenciado e construído de forma coletiva e colaborativa. O projeto buscava superar uma dificuldade latente quanto à apropriação das TIC pela população mais periférica da cidade, expressa tanto na oferta insuficiente para acesso à internet como na necessidade de ampliação das capacidades cognitivas necessárias à sua utilização (SENA, 2013). Assim, seus realizadores afirmavam a necessidade de realização de uma pesquisa para compreender melhor quais as ferramentas e plataformas informacionais disponíveis para utilização no desenvolvimento do site, dando especial atenção àquelas baseadas em *softwares* livres e códigos abertos. Além disso, e de modo complementar à essa pesquisa, seria realizada uma consulta com diferentes coletivos culturais, para entender suas necessidades e habilidades no uso da internet.

Lançado em 2013, este projeto de mapeamento está hoje inativo. A iniciativa de criação do Mapa Cultural da Quebrada, importante para dar visibilidade às iniciativas culturais produzidas por uma série de atores em diferentes territórios das periferias da

cidade, não resistiu à competição com as redes sociais e com os custos de manutenção da ferramenta. Ainda que seja preciso reconhecer o paradoxo representado pelo Facebook, por exemplo, que pode ser considerado um importante elemento para a explosão do uso da web, ao mesmo tempo que integra o movimento de cerceamento à liberdade do uso da internet (SAVAZONI, 2018), é certo que sua disseminação o tornou uma plataforma fundamental para as estratégias de articulação e comunicação dos atores do campo da cultura.

Além disso, é preciso salientar que posteriormente, o site da SP Cultura, além de servir de plataforma de mapeamento, também concentrou as informações sobre os editais realizadas pela SMC, servindo como espaço para a inscrição das propostas pelos proponentes. A partir desse duplo perfil, de espaço institucional sobre a programação, serviços e programas desenvolvidos pela SMC e de mapeamento coletivo das dinâmicas culturais da cidade, a plataforma conseguiu ganhar aderência entre os usuários e manter-se atualizada.

4 AS ASSIMETRIAS NOS USOS CULTURAIS E NO ACESSO ÀS TECNOLOGIAS DIGITAIS

Investigar as variáveis determinantes para o acesso e consumo de bens culturais tem mobilizado a atenção de pesquisadores e gestores culturais ao longo das últimas décadas, em decorrência da centralidade assumida pela cultura na sociedade contemporânea. De modo geral, a literatura resultante dessas análises parece convergir em direções semelhantes, e ressaltar que as práticas culturais de determinados grupos da população podem ser explicadas através de uma associação de fatores como classe social, renda, escolaridade, faixa etária e localização domiciliar.

Em relação à cidade de São Paulo, além de reconhecer a importância de todos esses fatores, é possível admitir que a disponibilidade de equipamentos culturais no território é uma variável fundamental para explicar o consumo de cultura de sua população, mesmo tendo em vista que as dinâmicas culturais que tem como palco a cidade são plurais e não estão circunscritas aos circuitos institucionais, sendo antes a expressão do patrimônio cultural de diferentes grupos, atuando em diferentes pontos do seu território.

Pesquisas recentes, realizadas pela Rede Nossa São Paulo (2019) (Cultura na Cidade) e pela J. Leiva (Hábitos culturais dos paulistas) parecem confirmar tanto a existência de diferenças significativas quanto aos indicadores de acesso a bens e serviços culturais em razão da disponibilidade de equipamentos culturais no território, como o peso das variáveis idade, renda, escolaridade e localização domiciliar como condicionantes das práticas culturais – em que pesem as diferenças de metodologia e escopo das pesquisas. Importante destacar que em pesquisas anteriores já era visível a importância crescente da ampliação da posse dos equipamentos e dispositivos eletrônicos (TVs, *smartphones*, *tablets*, etc) e da disseminação do acesso da internet como elementos importantes na compreensão da produção, circulação e consumo de bens, serviços e conteúdos culturais. Uma dinâmica sociocultural completamente nova começou a ganhar forma, sob a forma do paradigma resultante das TIC e das redes de compartilhamento, realçando a dimensão informacional das políticas culturais.

Desse modo, podemos afirmar que a posse de dispositivos conectados à internet tem representado uma forma importante de acesso e produção de bens e serviços culturais, notadamente quanto aos conteúdos audiovisuais e ao consumo de música, o que permite que as práticas culturais ocorram mesmo durante a realização de atividades comuns do cotidiano das pessoas, a partir de escolhas individuais quanto ao conteúdo, horário e duração. A enorme oferta de conteúdos gratuitos e a possibilidade de seu compartilhamento igualmente sem custo através das redes sociais e aplicativos de mensagens permitem às pessoas encontrar aqueles mais afinados aos seus gostos e repertórios culturais, sem precisar contar com a mediação de qualquer instância de legitimação - embora expostas às escolhas ditadas por algoritmos, com base nas suas escolhas prévias (LIMA; SENNE, 2018).

Ocorre, portanto, uma ampliação importante do acesso à informação e aos bens culturais que ameniza, em termos, as desigualdades de oferta presencial, ou seja, da frequência a eventos ou a equipamentos culturais. Contudo, assim como na desigual oferta de equipamentos culturais e de outros bens coletivos observada no tecido urbano da cidade de São Paulo, também aqui as condições de oferta não se encontram distribuídas de maneira uniforme, restando às regiões com alta concentração de

pobreza uma infraestrutura precária para acesso à internet, ao passo que os domicílios das regiões com população de maior renda concentram os serviços de maior qualidade.

Os resultados apurados pela pesquisa TIC Domicílios-2019 apresentam relativamente pouca variação, no que tange ao uso mais geral da internet, quanto às variáveis de gênero, cor e raça e mesmo de renda familiar: parece ser significativo o número de pessoas em diferentes condições sociais que afirmam ser usuárias da internet. Um aspecto interessante, presente nesta pesquisa, é a percepção da faixa etária como um padrão demográfico fundamental para a compreensão das dinâmicas de inclusão digital, já que a assimilação da internet no cotidiano da população mais jovem permite inclusive romper as barreiras impostas por condicionantes socioeconômicos. Entre a população com idade entre 18 e 34, segundo a pesquisa sobre desigualdades digitais, é praticamente universal o uso da internet, sendo este também o grupo etário que a utiliza de maneira mais diversificada (CENTRO REGIONAL DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO, 2019b).

Contudo, a análise mais aprofundada das dimensões da infraestrutura, acesso e uso a partir de indicadores socioeconômicos e territoriais revela um quadro de grandes disparidades (CENTRO REGIONAL DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO, 2019b). Alguns dados são bastante elucidativos da estratificação digital que mencionamos acima. Por exemplo, embora em 2017 um quarto dos domicílios da cidade já contasse com uma conexão superior a 4Mbps (parâmetro de medida com o qual se afere o acesso à Banda Larga), a proporção de domicílios da classe C com essa conexão era de apenas 15%, número ainda menor entre as classes DE: pouco mais de 3%. Entre os domicílios das classes A e B, esse percentual era superior a 46%, tendo saltado 10 pontos percentuais em cinco anos.

Desse modo, ainda que seja possível inferir uma ampliação expressiva entre as classes D e E quanto ao uso da internet ao longo do período 2012 e 2017, é preciso salientar que este acesso se dá basicamente através de dispositivos móveis, com a utilização de conexão de menor velocidade (o acesso à banda larga se dá através do uso de redes compartilhadas em espaços e equipamentos públicos e privados).

O que estes dados e características evidenciam é que essas assimetrias resultam de uma realidade em que coexistem internautas de primeira classe conectados à Banda

Larga e que mais facilmente conseguem fazer uso das oportunidades e facilidades disponíveis através da internet, e internautas de segunda classe, com acesso às conexões de baixa velocidade e conectadas basicamente através de celulares. Essa estratificação digital reflete, portanto, tanto desigualdades individuais (renda insuficiente para aquisição de equipamentos e pagamento de serviços de acesso à internet), como coletivas e territoriais (expressas na ausência de oferta de serviços de melhor qualidade, especialmente conexão de banda larga) (ARRETCHE, 2019). Percebe-se, dessa maneira, que a dinâmica da exclusão digital na cidade de São Paulo reflete processos mais amplos de exclusão social, e que a análise dessas duas dimensões precisa estar associada para uma compreensão adequada deste fenômeno multidimensional de segregação.

De maneira geral, contudo, a análise combinada dos dados sobre exclusão social e digital apresentada na pesquisa é inequívoca em apontar a existência de uma dinâmica de vulnerabilidade já bastante conhecida: as bordas da cidade têm os piores indicadores, ao passo que a região central da cidade concentra o maior número de oportunidades de emprego, educação e acesso à serviços de diferentes naturezas, inclusive quanto ao acesso à cultura (CENTRO REGIONAL DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO, 2019b). Esses dados, portanto, são um ponto de partida importante para o debate e a construção de políticas públicas de inclusão digital que atuem na ampliação e melhoria da oferta de conexão e de acesso a computadores, tendo em vista que

O uso da Internet exclusivamente via celular e/ou com conexões de menor velocidade reduz significativamente as oportunidades que a rede pode oferecer aos usuários, tanto em formas de inserção econômica, quanto em possibilidades de participação da vida política ou no uso de ferramentas que auxiliem outras dimensões do cotidiano de vida dos indivíduos (CENTRO REGIONAL DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO, 2019a, p. 152).

Por esse motivo, em anos recentes a Prefeitura de São Paulo procurou desenvolver políticas destinadas a promover a inclusão digital (WISSENBACH, 2019). O objetivo destas iniciativas converge para a criação de uma cidade mais democrática, baseada no acesso aos dados abertos, ao conhecimento comum e às infraestruturas urbanas que garantam bem-estar e serviços melhores e mais justos, o que se conecta a

uma perspectiva mais inclusiva, presente em outras experiências urbanas ao redor do mundo (MOROZOV; BRIA; 2019). As primeiras iniciativas nesta direção tiveram início ainda na gestão da prefeita Marta Suplicy (2001-2004), com a criação dos Telecentros, locais equipados com computadores com boa conexão à internet para uso público. A partir de 2013, somando-se ao funcionamento dos Telecentros, a cidade passou a contar com o Programa WiFi Livre SP, que disponibiliza acesso à internet gratuito e de boa qualidade em espaços públicos, e com o FAB LAB LIVRE SP, rede de laboratórios públicos com foco na criatividade e inovação (WISSENBACH, 2019).

Para corrigir as assimetrias e desigualdades apontadas mais acima, boa parte destas iniciativas foram implementadas em regiões localizadas nas bordas da cidade. Mas também na região do centro expandido, que concentra parte importante dos investimentos, em razão do fato de que muitas pessoas residentes em outras regiões frequentam a área central em busca das oportunidades e serviços ali disponíveis.

Embora insuficientes para o atendimento da demanda potencial para tais serviços, estas políticas têm contribuído para manter a promoção da inclusão digital como uma pauta importante na agenda política da cidade. A emergência da pandemia da COVID-19 e as medidas de isolamento social adotadas para a sua contenção expuseram de modo dramático como as assimetrias de acesso às TIC e à Banda Larga limitam o desenvolvimento pessoal, educacional e profissional de um largo contingente de pessoas.

Trata-se de um desafio nada fácil de superar, visto que este processo combinado de exclusão social e digital é um fenômeno de alcance global. Ainda que parte significativa do planeta tenha sentido, ao longo dos últimos anos, os efeitos positivos da emergência da Internet no cotidiano de suas práticas, o fato é que as “redes globais incluíam algumas pessoas e territórios e excluía outros, induzindo, assim, uma geografia de desigualdade social, econômica e tecnológica” (CASTELLS, 2010, p. 443). Sintonizado a este diagnóstico, Néstor Garcia Canclini afirma que essa geografia configura um estado de constante marginalização de amplas camadas ao redor do globo, associado a formas multidimensionais de estratificação de acordo com a posse de capitais e competências: "O *tecno-apartheid* está imbricado num pacote complexo

de segregações históricas configuradas por meio de diferenças culturais e desigualdades socioeconômicas e educacionais" (CANCLINI, 2009, p. 237).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto até aqui, ainda que seja necessário reconhecer um aumento crescente do acesso à cultura através da utilização de equipamentos eletrônicos e dispositivos conectados à internet, conclui-se que as oportunidades para realização destas práticas são fortemente condicionadas pelos constrangimentos estruturais das redes e pelas dimensões de renda e localização domiciliar. Além disso, é fundamental reconhecer que elas não substituem totalmente as práticas presenciais, consideradas mais completas pelas pessoas. Na verdade, parece fazer mais sentido afirmar que as práticas *online* são um complemento às vivências no mundo *offline*, cada vez mais enraizadas no cotidiano e uma saída possível frente às impossibilidades de investir tempo e, principalmente, dinheiro para a realização das práticas presenciais. A dimensão econômica, envolvida nas práticas culturais, ou seja, custo de aquisição de ingressos, deslocamento, alimentação etc., aparece nas diferentes pesquisas sobre hábitos culturais da população como um elemento limitador, mesmo entre as classes AB.

Por outro lado, o capitalismo orientado por dados tem na internet seu terreno estratégico. As grandes plataformas oferecem seus serviços de hospedagem em nuvens, que também são infraestruturas de Inteligência Artificial (IA) dissuadindo empresas e países de investirem em criação e desenvolvimento de infraestruturas locais e nacionais. As grandes plataformas tornaram-se os *gatekeepers* da rede, revertendo seu espírito original: a economia da difusão foi suplantada pela economia da atenção. Vale recordar que a inexistência de autorizações prévias foi fundamental para explosão da criatividade nas redes, como, por exemplo, para a criação do Youtube e para a própria difusão da ideologia do empreendedorismo. Hoje imperam as redes sociais online: pontos fechados acessados por senhas, estruturas verticais, centralizadas e operadas por algoritmos com o objetivo de 'fidelizar' seus usuários e mantê-los conectados/interagindo a maior parte do tempo (ao contrário da relativa dispersão dos

regimes anteriores da internet). O novo colonialismo em curso envolvendo os dados como *commodities*, ancora-se na entrega dos dados às grandes plataformas – é o caso de 38% dos municípios no Brasil (SILVEIRA, 2019).

Desse modo, o reconhecimento da crescente ampliação do acesso à cultura por meio da utilização de equipamentos eletrônicos e dispositivos conectados à internet requer análises sobre a construção de formas de superação dos constrangimentos estruturais das redes e das restrições impostas pelas dimensões de renda e localização domiciliar. Cada vez mais enraizadas no cotidiano, as práticas online configuram uma possível estratégia diante das restrições de tempo e dinheiro para a realização das práticas presenciais.

Para finalizar, pontuamos sinteticamente que: 1) quando pensamos no acesso a bens e serviços culturais, devemos considerar que a oferta potencialmente induz a demanda; 2) a concentração territorial de equipamentos culturais reduz a oferta de repertórios culturais para um largo contingente populacional na cidade de São Paulo, sendo necessário enfrentar esse problema, e nesse particular, a consideração dos usos das TIC pode ser estratégico; 3) a disseminação da internet e das TIC tem produzido mudanças importantes nos padrões de produção, circulação e consumo de bens culturais, mas as diferenças socioeconômicas que restringem as práticas presenciais também limitam as experiências no mundo *online*; 4) as políticas públicas de cultura com foco na informação e na tecnologia são parte fundamental do debate sobre cultura, território e direitos na cidade de São Paulo, pelo potencial de correção das assimetrias estruturais, historicamente construídas.

Desse modo, vislumbra-se a oportunidade possibilitada pela utilização da ambivalência das redes para fomentar projetos democráticos de disputa e reconfiguração da internet. Trata-se de oferecer alternativas, construção de consórcios, acordos e estruturas colaborativas locais com tecnologias abertas e soberania de dados, na linha proposta por Morozov e Bria (2019). A disputa pela internet é uma disputa tecnopolítica, pela formação de opiniões: a participação política e cultural nas redes, sua apropriação e incorporação ao cotidiano presencial é estratégica e fundamental para a construção de uma democracia efetiva, que permita a distribuição da informação, da cultura e do conhecimento socialmente produzidos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Marco Antonio de. Políticas culturais & ciência da informação: diálogos e desafios. **Ciência da Informação**. Brasília, DF, v.43, n.2, p.284-297, maio/ago. 2014.

ARRETCHE, Marta. A geografia digital no Brasil: um panorama das desigualdades regionais. In: CENTRO REGIONAL DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO. (ed.). **Desigualdades digitais no espaço urbano** [livro eletrônico]: um estudo sobre o acesso e o uso da Internet na cidade de São Paulo. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2019. Disponível em: [https://cetic.br/media/docs/publicacoes/7/11454920191028-desigualdades digitais no espaco urbano.pdf](https://cetic.br/media/docs/publicacoes/7/11454920191028-desigualdades_digitais_no_espaco_urbano.pdf). Acesso em: 10 out. 2020.

CANCLINI, Nestor Garcia. **Diferentes, desiguais e desconectados**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

CENTRO REGIONAL DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO. **Desigualdades digitais no espaço urbano** [livro eletrônico]: um estudo sobre o acesso e o uso da Internet na cidade de São Paulo. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2019a. Disponível em: [https://cetic.br/media/docs/publicacoes/7/11454920191028-desigualdades digi tais no espaco urbano.pdf](https://cetic.br/media/docs/publicacoes/7/11454920191028-desigualdades_digita_ais_no_espaco_urbano.pdf). Acesso em: 10 out. 2020.

CENTRO REGIONAL DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO. **Pesquisa TIC Domicílios 2019**. Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (editor). São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2019b. Disponível em: <https://cetic.br/pt/tics/domicilios/2019/individuos/C1/>. Acesso em: 10 out. 2020.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **Comum**: ensaio sobre a revolução no século XX. São Paulo: Boitempo, 2017.

HALL, Stuart. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 22, n. 2, p. 15-46, jul./dez. 1997.

HARVEY, David. **Cidades rebeldes**: do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

LEIVA, João. (org.). **Hábitos culturais dos paulistas revolução urbana**. São Paulo: Tuva Editora, 2014. Disponível em: [http://www.pesquisasp.com.br/downloads/livro cultura em sp.pdf](http://www.pesquisasp.com.br/downloads/livro_cultura_em_sp.pdf). Acesso em: 12 out. 2020.

LIMA, Luciana Piazzon Barbosa; SENNE, Fabio. Cultura e Tecnologias no Brasil: um estudo sobre as práticas culturais da população e o uso das tecnologias de informação

e comunicação. *In*: CALABRE, Lia *et al.* (orgs.). **Anais do IX Seminário Internacional Políticas Culturais**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2018. p. 96-19.

MELUCCI, Alberto. **A invenção do presente**: movimentos sociais nas sociedades complexas. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 2001.

MOROZOV, Evgeny. **Big Tech: a ascensão dos dados e a morte da política**. São Paulo: Ubu Editora, 2018.

MOROZOV, Evgeny; BRIA, Francesca. **A cidade inteligente**: tecnologias urbanas e democracia. São Paulo: Ubu Editora, 2019.

REDE NOSSA SÃO PAULO. **Pesquisa Viver em São Paulo**: Cultura na Cidade. São Paulo, 2019. Disponível em: https://www.nossasaopaulo.org.br/wp-content/uploads/2019/10/viver_cultura_2019_tabelas.pdf. Acesso em: 16 nov. 2020.

SAVAZONI, Rodrigo. **O comum entre nós**: da cultura digital à democracia do século XXI. São Paulo: Ed. SESC, 2018.

SCHUMPETER, Joseph. A. **A teoria do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

SENA, Eduardo Augusto. **Políticas culturais, tecnologias de informação e democracia cultural**: o programa VAI e a constituição da Agência Popular Solano Trindade. 134f. 2013. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação)- Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27151/tde-31012014-154532/publico/EduardoAugustoSena.pdf>. Acesso em: 14 dez. 2022.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu. A Internet em crise. *In*: SADER, Emir. (org.). **E agora, Brasil?** Rio de Janeiro: UERJ; LPP, 2019, p. 245-263.

WISSENBACH, Tomás. Dinâmicas intraurbanas e desigualdades territoriais: elementos para o debate sobre inclusão digital na cidade de São Paulo. *In*: CENTRO REGIONAL DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO.

Desigualdades digitais no espaço urbano [livro eletrônico]: um estudo sobre o acesso e o uso da Internet na cidade de São Paulo. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2019. Disponível em: https://cetic.br/media/docs/publicacoes/7/11454920191028-desigualdades_digitais_no_espaco_urbano.pdf. Acesso em: 16 nov. 2020.